



Ex-titulares da Coplan criticaram seu esvaziamento e fizeram sugestões para a reativação do planejamento

Técnicos vêm Coplan esvaziada

Os ex-secretários de Estado do Planejamento acusaram ontem o governador Max Mauro e seu antecessor Gerson Camata de terem esvaziado deliberadamente o sistema estadual de Planejamento. Eles afirmaram que nos últimos oito anos a Coordenadoria de Planejamento (Coplan) foi transformada em órgão exclusivo de captação de recursos na esfera federal, se desviando de sua principal função que é a elaboração das diretrizes para o desenvolvimento econômico do Espírito Santo.

A denúncia foi feita durante debate ocorrido no auditório da **Rede Gazeta de Comunicações**, dentro dos festejos pelos 14 anos de fundação do Instituto Jones Santos Neves (IJSN). O evento reuniu os responsáveis pelo planejamento estadual no período de 76 a 88 — Walthuir José Zanotti, Otávio Guimarães, Orlando Caliman e Ricardo Ferreira dos Santos. Apesar de convidados pelos organizadores — os servidores do IJSN — o atual secretário chefe da Coplan, José Teófilo Oliveira, e seu antecessor, Albuíno da Cunha Azeredo, não compareceram.

Fotalecimento

Walthuir Zanotti abriu a discussão fazendo um apanhado da história do Planejamento capixaba. Segundo ele,

o sistema surgiu em 1961, quando o Governo do Estado criou o Conselho de Desenvolvimento Econômico (Codec). “Mas somente sete anos depois é que foi organizado o primeiro orçamento plurianual”, frisou. A Secretaria só surgiu, conforme disse, em 72, numa cópia do modelo federal. “Hoje a situação do Planejamento é caótica. O futuro Governo vai ter que resgatar a Coplan para poder pensar em novos modelos de desenvolvimento”.

Já Otávio Guimarães foi mais longe em sua crítica ao afirmar que o Espírito Santo nunca teve planejamento. “Só o Bandes fez alguma coisa. A Coplan sempre se limitou a buscar recursos na esfera federal. O Instituto Jones fez no passado alguns grandes projetos, como a Tercera Ponte e o Transcol. Mas agora está esvaziado, o mesmo aconteceu com o Departamento de Estatística”.

Guimarães lembrou que a Grande Vitória detém hoje 70% do ICMS estadual e que a sociedade exige um crescimento industrial harmônico. Mas para ele isso só será possível se o sistema de Planejamento for reativado. Além disso, os critérios devem ser mudados para viabilizar a industrialização no interior. O ex-secretário cobrou também a recuperação dos salários do IJSN co-

mo ponto de partida para a retomada do sistema.

Para Orlando Caliman, o Planejamento estadual exige um tratamento de choque. Ele entende que toda a sociedade deve discutir o problema, principalmente na atual conjuntura política do país. Caliman lembrou que o Governo Collor é adepto do neoliberalismo e quer o fim da intervenção do Estado na economia. “É uma estratégia que só beneficia os empresários. Chegou o momento da população questionar para quem tem sido realizado o planejamento até então e cobrar mudanças nos critérios”.

Ricardo Santos também condenou o esvaziamento do sistema nos últimos oito anos e salientou que o Planejamento no passado voltou-se apenas às questões urbanas, além de ter sido o responsável pela atração dos grandes projetos (CST, CVRD e Aracruz Celulose), que concentraram em suas mãos 60% do PIB capixaba. Ele entende que não só deve ser promovida a recuperação do setor como também a inversão das metas. Para ele, a sociedade deve cobrar a interiorização da indústria e a integração dos grandes projetos com a economia regional. “É hora dos planejadores pensarem em meios para reduzir a miséria da população capixaba”, frisou.

No Espírito Santo há mais de 40 mil invasores de terra

Por Suely Lievori

Nos últimos cinco anos, cerca de 40 mil pessoas invadiram terrenos na região da Grande Vitória, ocupando uma área de cinco milhões de metros quadrados, que pertenciam a particulares, prefeituras municipais e União (terrenos de Marinha). Os políticos opositores acreditam em que o fenômeno das invasões coloca, "dramaticamente", a questão dos limites do processo de transição política. A Igreja, por sua vez, reafirma sua posição de apoio aos pobres e aos oprimidos, mesmo sacrificando a liberdade de alguns padres estrangeiros.

As causas do inchamento das periferias, via invasão, são enfaticamente discursadas nos pronunciamentos políticos — "O homem deixa o campo à procura de uma vida mais humana e de melhores oportunidades sociais. Vem para a cidade atraído pelos grandes projetos".

As soluções para esta problemática, todavia, não merecem o mesmo espaço das explicações, limitando-se ao repasse de responsabilidades de um órgão a outro. Segundo o deputado estadual (PMDB), sr. Nelson Aguiar, "a única solução plausível, no momento, é deixar de lado a discussão acadêmica, o Estado assumir sua condição de defesa dos interesses comuns, adquirir as áreas não ocupadas em toda a mancha territorial capixaba e distribuí-las para os verdadeiros necessitados, através de sua Secretaria do Bem-Estar Social". (Continua na Página 15)